

Habitação coletiva e a construção do espaço habitado: o caso do Setor Central de Goiânia (1950 – 1960)

Vivienda colectiva y la construcción del espacio habitado: el caso del Sector Central de Goiânia (1950 – 1960)

Collective housing and the construction of room space: the case of the Central Sector of Goiânia (1950 – 1960)

Eline Maria Moura Pereira Caixeta

Doutora em História da Arquitetura e da Cidade pela Universidad Politécnic da Cataluña, UPC, Espanha. Professora Associada da Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás, UFG. E-mail: emmpcaixeta@gmail.com.br  orcid.org/0000-0001-9147-3927

Elana da Silva Romualdo

Mestranda em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Goiás, UFG. E-mail: arquitetaelana@gmail.com  orcid.org/0000-0002-2005-3156

RESUMO

No final da década de 1960, Goiânia já se encontrava estabelecida e edificada. Nesse contexto, os edifícios de habitação coletiva presentes no Setor Central da cidade, representavam uma nova maneira de viver e conceber o espaço habitado. Até os anos 1950, predominava em sua paisagem, residências unifamiliares e edifícios de apartamentos de até quatro pavimentos, conforme prescrevia o primeiro Plano Diretor, de Atílio Correia Lima. A partir do início dos anos 1960, a construção de edifícios de apartamentos em altura passa a modificar substancialmente essa paisagem, não só do ponto de vista de sua morfologia, mas também de sua escala; movimento que se intensifica até o início dos anos 1980. Nesse artigo, analisaremos o Edifício 28 de Agosto e o Edifício Dom Abel, que por suas tipologias edificatórias, são exemplares representativos dos edifícios de habitação coletiva construídos no Setor Central, nas décadas de 1950 e 1960. O objetivo desse artigo é avaliar, sob o ponto de vista das relações espaciais que geram com o espaço urbano e edificado – ou seja, a maneira de fazer a conexão urbana entre o ‘objeto’ e o ‘lugar’–, a capacidade de cada um desses edifícios de produzir, ou não, uma parte de cidade que promova mudanças não somente quantitativas, mas também qualitativas dentro de uma nova concepção de escala urbana.

Palavras-chave: História da Arquitetura e da Cidade; Habitação Coletiva; Cultura Arquitetônica; Arquitetura Moderna.

RESUMEN

A finales de la década de 1960, Goiânia ya se encontraba establecida y edificada. En ese contexto, los edificios de vivienda colectiva presentes en el Sector Central de la ciudad representaban una nueva manera de vivir y concebir el espacio habitado. Hasta los años 1950, predominaban en su paisaje, residencias unifamiliares y edificios de apartamentos de hasta tres pisos, conforme prescribía el primer Plan Director, de Atilio Correia Lima. A partir de principios de los años 1960, la construcción de edificios de apartamentos en altura pasa a modificar sustancialmente ese paisaje, no sólo desde el punto de vista de su morfología, sino también de su escala; movimiento que se intensifica hasta el inicio de los años 1980. En ese artículo analizaremos el Edificio 28 de Agosto y el Edificio Dom Abel, que, por sus tipologías edificatorias, son ejemplares representativos de los edificios de vivienda colectiva construidos en el Sector Central, en las décadas de 1950 y 1960. El objetivo de este artículo es evaluar, desde el punto de vista de las relaciones espaciales que generan con el espacio urbano y edificado -o sea, la manera de hacer la conexión urbana entre el 'objeto' y el 'lugar'-, la capacidad de cada uno de estos edificios de producir o no una parte de ciudad que promueve cambios no sólo cuantitativos, más también cualitativos dentro de una nueva concepción de escala urbana.

Palabras clave: Historia de la Arquitectura y de la Ciudad; Vivienda colectiva; Cultura Arquitectónica; Arquitectura Moderna.

ABSTRACT

By the end of the 1960s, Goiânia was already established and built. In this context, the collective housing buildings present in the Central Sector of the city, represented a new way of living and conceiving the inhabited space. Until the 1950s, single-family residences and apartment buildings of up to three floors predominated in their landscape, as the first Master Plan of Atilio Correia Lima prescribes. From the beginning of the 1960s, the construction of high-rise apartment buildings began to substantially modify this landscape, not only from the point of view of its morphology, but also of its scale; In this article, we will analyze the Building 28 de Agosto and the Dom Abel Building, which, because of their building typologies, are exemplary of the collective housing buildings built in the Central Sector in the decades of 1950 and 1960. The objective of this article is to evaluate, from the point of view of the spatial relations that generate with the urban and built space-that is, the way of making the urban connection between the 'object' and the 'place'- the ability of each of these buildings to produce or not a part of the city that promotes not only quantitative changes, but also qualitative changes within a new conception of urban scale.

Keywords: History of Architecture and City; Collective Housing; Architectural Culture; Modern Architecture.

Habitação coletiva e o habitar moderno

O início do século XX, foi marcado pelo desenvolvimento de projetos relacionados à construção em série de habitações coletivas. Nesse período o tema foi muito discutido e resultou em novas experimentações tipológicas. Esse debate deu-se em virtude da necessidade de moradias para a população europeia, em função da destruição das cidades do período entre guerras, e no Brasil, em função da migração rural para os centros urbanos, contrapondo-se às configurações habitacionais convencionais.

As novas propostas habitacionais coletivas tiveram como autores os mais proeminentes arquitetos da vanguarda moderna, tanto no antigo quanto no novo continente. Elas decorreram da busca por respostas ao homem e à sociedade moderna, que abriu espaço aos estudos da habitação mínima, da racionalização na construção, do uso de novos materiais (concreto armado), de novas técnicas construtivas (estrutura de aço) e do aperfeiçoamento dessa tipologia arquitetônica.

As unidades habitacionais (apartamentos), como parte preponderante das

habitações coletivas, representam uma nova forma de morar coletivamente e, por sua vez, estão relacionados à vida moderna e aos grandes centros urbanos. No contexto do habitar moderno, eles estão baseados nos princípios de habitação para todos, com uma setorização bem definida (setor social, setor íntimo e setor de serviço), ambientes racionalizados com soluções prototípicas, preocupação com a insolação/iluminação e uniformidade na caracterização geral dos ambientes.

O habitar está literalmente ligado a morar, residir e viver. “Não há dúvida de que o habitar representa superar a forma como representação do abrigo físico para atividades cotidianas primordiais; habitar é garantir a própria identidade do sujeito, reflexo da vida, produto das relações estabelecidas com o meio” (JORGE, 2012, p. 21).

A essência do habitar moderno, [...] tem suas raízes, nos desafios do século XX, perante o desenvolvimento de uma nova sociedade e a emergência de técnicas construtivas inovadoras que nortearam a busca por soluções para a habitação coletiva, para o problema das explorações demográficas, das imigrações avassaladoras, e das condições históricas do início do século XX. (JORGE, 2012, p. 43).

Esse novo habitar moderno já apresentava as primeiras propostas logo após a primeira-guerra europeia. Segundo Tramontano (1997, p.5) “a cozinha foi trazida dos fundos da casa para ser fundida com a sala de estar, tornar-se o espaço privilegiado do convívio entre os membros de uma família nuclear cuja mãe era a principal encarregada das tarefas domésticas”. Os apartamentos, como unidade mínima residencial, sofreram adaptações tanto no projeto arquitetônico como no mobiliário e na decoração, relacionadas às mudanças do papel da mulher e da família na sociedade.

A célula residencial, ponto de partida da nova proposta, previa um novo desenho para a cozinha, considerando a mudança do papel da mulher na sociedade, os novos produtos industriais domésticos (aparelhos e alimentos) as novas instalações prediais. Ainda vinculada a essa evolução da família e da sociedade, parte das funções domésticas foram transferidas para o equipamento social, acarretando a mudança da relação público/privado e na configuração das cidades. (MARICATO, 2000, p.127).

Desse modo, o movimento moderno iniciou o processo do habitar coletivo, visando a racionalidade, buscando atin-

gir vantagens econômicas (a partir da habitação mínima) e a produção em massa de habitação. Segundo Warchavchik (1925), a casa moderna deveria ser mais cômoda e o mais barata possível, “a questão de economia predomina sobre todas as demais” (WARCHAVCHIK, 1925, p.37). Essas características adequam-se às habitações mínimas implantadas nos grandes conjuntos habitacionais europeus das décadas de 1920 e 1930, localizados nas cidades industriais. Esse debate intensifica-se nos CIAMs, refletindo na produção habitacional brasileira das décadas subsequentes.

Todo o debate do CIAM anterior à segunda Guerra desenvolveu-se num crescendo rumo à questão urbanística e à sagração do habitar racional como o fundamento da cidade moderna. [...]. É certo que as recomendações formuladas nos CIAMs, bem como possivelmente as experiências de distritos residenciais norte-americanos, como Radburn, instrumentaram uma vertente dos programas oficiais de habitação popular no Brasil nos anos 1940-1950. (SEGAWA,2012, p.115).

Com a superpopulação das cidades, o tema moradia é inserido na política brasileira. Nesse período, a produção de conjuntos habitacionais acelera-se,

transformando a paisagem das cidades e promovendo um novo modo de morar através dos edifícios em altura. Segawa (2012, p. 121) ressalta que a moradia era a questão mais emblemática nos anos 1940-1950 e era símbolo da modernidade arquitetônica. “A habitação tornava-se a parte mais importante da cidade”.

Desse modo, a partir do momento em que a habitação toma força na política brasileira, criam-se meios legais para a produção desses conjuntos habitacionais, como os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs) e mais tarde o Banco Nacional de Habitação (BNH).

Tal espírito moderno estava imbuído nos estamentos burocráticos do Ministério do Trabalho, ao qual se subordinavam os IAPs. É interessante observar as referências urbanísticas do período – usualmente tidas como circunscritas ao repertório do CIAM e a Le Corbusier, mas não apenas a esses círculos. (SEGAWA, 2012, p.116).

Para Bruna (2015), é evidente que na década de 1930, no Brasil, a cultura arquitetônica e os princípios teóricos do movimento moderno já se encontravam implantados de fato. Nas habitações de interesse social isso se intensifica e,

através dos IAPs, esses princípios são concretizados na produção em massa.

No período de 1945 a 1950, que corresponde ao de maior número de realizações, esses departamentos dedicaram-se tanto ao aumento da escala urbana quanto ao barateamento das unidades, agindo sobre os parâmetros urbanísticos, o tamanho das células, a simplificação das técnicas construtivas e a experimentação de novos materiais. (BRUNA, 2015, p. 168).

O processo de verticalização das cidades brasileiras iniciou-se com os edifícios comerciais e, devido à falta de habitação, o edifício de apartamento em altura ganha incentivo. Apenas em “1928 uma lei estabeleceu as bases do direito de propriedade das unidades componentes de um edifício. Em São Paulo, um dos primeiros edifícios de apartamentos residenciais – o Columbus – foi projetado por Rino Levi e inaugurado em 1932”. (SEGAWA, 2012, p.64).

A habitação multifamiliar, produzida originalmente como um produto acessível às camadas populares, em modelos de urbanização periférica, ganhou espaço entre as classes de renda média e alta, nos centros urbanos, e, aos poucos substituiu as casas isoladas, desenvolvendo uma

verticalização cada vez mais acentuada. (JORGE, 2012, p. 23).

Assim sendo, os primeiros edifícios de apartamentos em altura construídos no Brasil eram destinados aos usuários de alto padrão econômico. Além do incentivo político para construção de grandes conjuntos habitacionais, também houve muito investimento privado nesse setor da economia.

De um modo geral, as habitações coletivas buscavam promover a convivência entre os habitantes através da integração entre os apartamentos e as áreas verdes livres, a valorização das relações sociais e da vida comunitária, reforçando a conexão entre público e privado e o vínculo desses edifícios com a cidade.

Como foi visto, habitação coletiva e o habitar moderno estiveram, em sua origem, ligados por ideais que se nutrem da busca pela inovação. Um novo modo de viver na cidade moderna, industrializada, interconectada por grandes vias de comunicação e conformada por complexas unidades habitacionais e uma diversidade de áreas livres de convivência. Uma inovação que se dá não apenas pela tecnologia da construção, mas também

por novos hábitos e novas maneiras de relacionar-se em sociedade.

Goiânia e a construção do espaço moderno

Nova capital do Estado de Goiás, localizada no coração da região Centro-Oeste, foi planejada a partir de 1933, inicialmente por Attílio Corrêa Lima. Com o afastamento de Attílio Corrêa Lima, em 1935, seu processo de construção foi continuado pela firma dos Irmãos Coimbra Bueno, com assessoria do engenheiro Armando Godoy. Fundada em outubro de 1933, a inauguração oficial de Goiânia deu-se apenas em 1942. Símbolo da modernidade no Estado, ela foi idealizada através de discursos que relacionavam a cidade ao moderno e à modernização (MANSO, 2001).

A relação entre Goiânia e o moderno está transcrita desde os primeiros discursos dos técnicos e autoridades constituídas, antes mesmo dela ser edificada. Como espaço construído, conforme Frota e Caixeta (2007 e 2012), ela configura-se a partir de dois elementos básicos: uma “escala doméstica” e uma “imagem bucólica”. Elementos esses, mais próximas à escala e imagem difundidas nas propostas de Cidade Jardim da época,

do que no monumentalismo encontrado no movimento *City Beautiful* e da escola francesa de “Urbanismo Científico”.

As imagens da cidade até o final da década de 1950, apresentam um tecido urbano com ruas e avenidas largas, onde predominam casas isoladas e edifícios de porte baixo com altura variando entre dois e quatro pavimentos, entremeados por uma expressiva massa vegetativa, presente tanto na arborização de rua quanto na vegetação nativa das áreas verdes, preservadas pelo plano na forma de parques urbanos.

A arquitetura do seu núcleo inicial pode ser interpretada sob o viés de um ecletismo linguístico, associado a um “racionalismo pragmático”¹, que em alguns casos aproximam-se da estética déco ou modernista. Ela perpassa pela grande influência das edificações construídas pelo Estado, os edifícios oficiais e administrativos e as “Casas-tipo” ou “Casas Modelo”, por sua vez relacionadas à ideia de criar padrões construtivos e arquitetônicos que configurassem uma cidade moderna. Essas casas e outras construídas por particulares, dentro desse conceito,

constituíram grande parte do tecido original do Setor Central.

A arquitetura Modernista edifica suas primeiras obras em Goiânia a partir da década de 1950. A sedimentação de uma cultura moderna de habitar a cidade, foi constituída e ampliada “a partir de uma rede de arquitetos recém-formados em faculdades de arquitetura do Rio de Janeiro e de São Paulo. Goianos em sua maioria, nas décadas de 1950 e 1960, radicaram-se na capital de Goiás para iniciar suas carreiras” (MELLO, 2015). Nesse mesmo período, a cultura arquitetônica local sofreu influência de arquitetos “peregrinos” (SEGAWA, 1988) como David Libeskind, Sérgio Bernardes e Paulo Mendes da Rocha, que na cidade deixaram sua marca.

Neste período, surgem os primeiros edifícios de habitação coletiva verticalizados construídos no Setor Central caracterizados pela modernização do espaço urbano. Implantados inicialmente no Setor Central, a partir da década de 1970 essa tipologia edificatória propagou-se pelo Setor Sul e Oeste.

1 Esse termo é empregado no mesmo sentido usado por Segawa (2012) como “modernismo pragmático”.

Inicialmente, eles foram financiados pelos Institutos de Aposentadoria e Pensão (Bancários e Comercários) e, posteriormente, a partir dos anos 1960, pelo Sistema Financeiro de Habitação, que utilizava como agentes o Banco Nacional de Habitação (BNH), a Caixa Econômica Federal (CEF) e a Companhia de Habitacional (COHAB) (VAZ, 2002).

O Setor Central coincide com o centro tradicional da cidade e se consolidou desde a sua fundação, tornando-se um núcleo a partir do qual ela se desenvolveu e expandiu. No final da década de 1960, já era notável a presença dos edifícios verticais residenciais, corporativos e institucionais que, como resultado do aumento populacional abrupto e do crescimento econômico da região, modificaram consideravelmente a paisagem do bairro.

Edifícios habitacionais goienses

A maioria dos edifícios de habitação coletiva construídos nessa região da cidade, entre as décadas de 1950 e 1960, foram produzidos para a população de renda média e alta. Esse fator apoia-se no fato de terem sido implantados em

um bairro de prestígio econômico e social elevado. Muitos desses edifícios possuem apenas um apartamento por andar, com quatro quartos e acabamentos de luxo, com área construída que se aproxima dos 300m². Nesse contexto, podemos citar o Edifício Kennedy, projetado pelos arquitetos Silas Varizo e Armando José Norman, construído em 1963 (MELLO, 1996).

Ao mesmo tempo, nesse período foram construídos edifícios com três ou mais apartamento por andar, de dois e três quartos e com áreas totais reduzidas, a partir de 80m². Nesse contexto podemos citar os edifícios Concórdia e Pioneiro, construídos pelos Institutos de Aposentadoria e Pensão dos Comercários, e o Edifício 28 de Agosto, construído pelo Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Bancários, na década de 1950 (BONDUKI, KOURY, 2014).

Outro importante ponto entre os edifícios dessa época, é a predominância de exemplares que apresentam uso misto no pavimento térreo e ocasionalmente no mezanino, ou seja, essas áreas são ocupadas por salas comerciais e, em alguns casos, institucionais que geram renda ao condomínio e permitem sua

integração com o entorno. Por outro lado, os que apresentam apenas uso residencial, essas áreas são ocupadas por estacionamentos, áreas de convivência, acesso aos apartamentos, salão de festa, entre outros.

Os edifícios 28 de Agosto e Dom Abel, que serão analisados nesse artigo, apresentam respectivamente essas duas tipologias básicas quanto ao uso do pavimento térreo: térreo de uso misto (salas comerciais e área de acesso aos apartamentos) e térreo residencial (nesse caso com falso pilotis). Além disso, ambos foram construídos sob as premissas do habitar moderno, como a racionalização dos ambientes e da construção, modulação da estrutura, além da preocupação com a insolação e ventilação.

As setorizações dos apartamentos estão muito bem determinadas e possuem entre si certas semelhanças que caracterizam os edifícios produzidos nesse período, como por exemplo a presença de banheiro de empregada e despensa, mesmo em apartamentos com áreas reduzidas. Ambos edifícios estão bem localizados na cidade, próximos ao comércio, centros comerciais e bancos, entre outros. Outro ponto positivo é o acesso ao transporte público e infraestrutura

ra básica que bairro oferece. Por outro lado, eles não possuem garagens, o que para alguns moradores é um problema, tendo em vista que os veículos ficam estacionados nas vias públicas.

Nos dois casos, os apartamentos possuem um programa de necessidades muito semelhante: dois e três quartos, sala de estar, copa/cozinha banheiro, área de serviço, banheiro de empregada e despensa, determinando assim, de forma clara, as setorizações – setor social, setor de serviço e setor íntimo. A existência de apenas um banheiro que atende a área íntima e a área social, causa certo desconforto aos moradores.

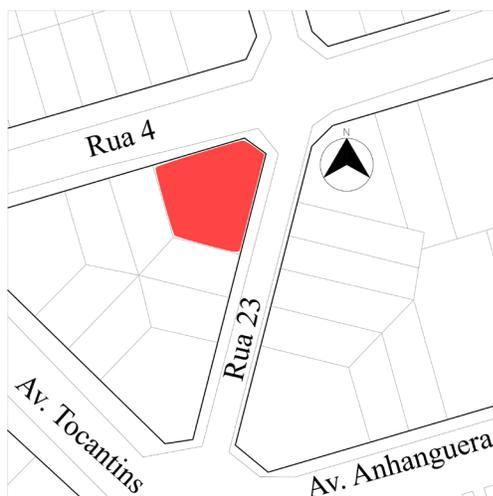
Por outro lado, as circulações que dão acesso aos apartamentos possuem ligação direta com a área social (sala de estar) e de serviço (cozinha e área de serviço) dos apartamentos. Ambos edifícios possuem dois elevadores e uma caixa de escada que atende os blocos. No caso do Edifício Dom Abel a circulação é dividida a cada dois blocos, como será mostrado a seguir. As fachadas principais são marcadas pelas grandes aberturas que marcam quase toda a extensão dos ambientes e proporcionam ventilação e iluminação aos mesmos. A disposição dessas aberturas, no entanto, dificulta a

instalação do mobiliário. A presença de elementos estruturais que se prolongam além das fachadas ocorrem nos dois edifícios.

Edifício 28 de Agosto

O edifício 28 de Agosto está localizado na Rua 4, no Setor Central, próximo à importantes eixos viários que cortam o centro da cidade, às avenidas Anhangueira, Goiás e Tocantins (Figura 1)

Figura 1 - Planta de situação do Edifício 28 de agosto.
Fonte: SEPLAM. Edição: autora.



Ele foi projetado pelo arquiteto Sergio Bernardes e construído na década de 1950 pelo Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Bancários (IAPB), representando, em sua época, a modernização da urbe.

O edifício está situado em uma importante região de Goiânia, com predominância de uso comercial e forte ocor-

rência de edifícios institucionais como o Teatro Goiânia, o Jôquei Clube de Goiás e o Instituto Euvaldo Lodi. Nessa região é notável a predominância de edificações com dois, três e quatro pavimentos, com a eventual existência de edifícios verticais, retratando a média/baixa densidade do bairro.

A implantação privilegiada dos edifícios do IAPB nos centros comerciais é caracterizada por Bonduki e Koury (2014):

Elemento diferenciador da produção do IAPB em relação aos demais órgãos promotores foi o desenvolvimento de uma tipologia de edifícios de uso misto, inseridos na malha urbana, preferencialmente nas áreas centrais das cidades médias, que quase sempre, recebeu o nome de Edifício dos Bancários. (BONDUKI, KOURY, 2014, p.231).

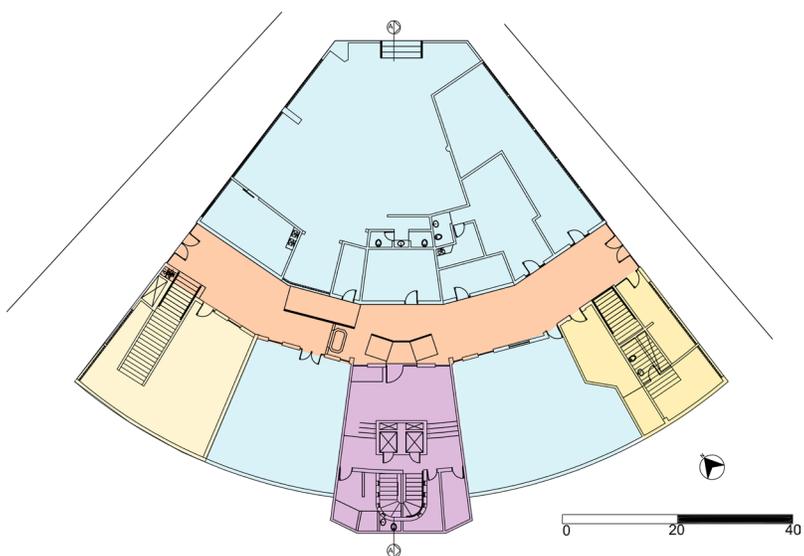
Implantado em um terreno de aproximadamente 935 metros quadrados localizado na esquina, o 28 de Agosto assume a tipologia arquitetônica de uso misto, com térreo que ocupa todo o terreno, mezanino e seis pavimentos-tipo residenciais, totalizando oito pavimentos.

O térreo é conectado à calçada através de uma rua de pedestres, interna ao edifício, com acesso pelas ruas 4 e 23,

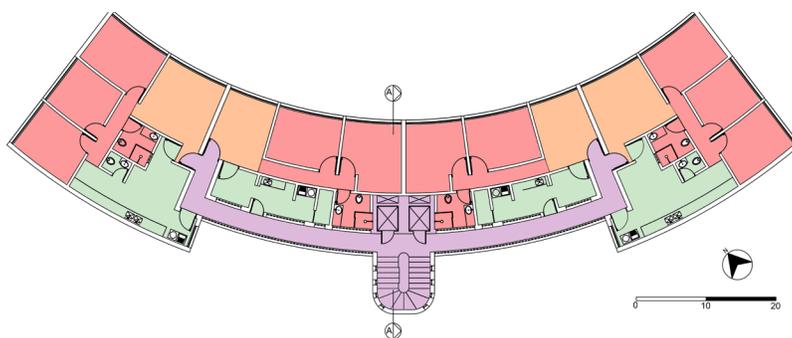
que se liga diretamente à salas comerciais em forma de “galeria comercial”, tipologia bastante comum nos centros urbanos da época. A partir desse ingresso, cria-se uma circulação interna que direciona à portaria dos apartamentos e à algumas salas comerciais, localizadas no térreo. Algumas salas do mezanino são conectadas com o térreo por escadas individuais. Essas salas abrigavam inicialmente as dependências do Sindicato dos Bancários, como ambulatório médico e delegacia do IAPB. Atualmente, algumas delas, possuem outros serviços como restaurantes e salão de cabelereiro (Figura 2).

O edifício possui duas tipologias de apartamentos, o primeiro com dois quartos e sessenta e nove metros quadrados e o segundo com três quartos e noventa e cinco metros quadrados. As duas tipologias apresentam, no programa de necessidades, além dos quartos, a sala de estar, copa/cozinha e banheiro para empregados e apenas um banheiro que atende o setor íntimo e social. Os ambientes possuem uma organização de espaços mínimos que buscam a racionalização da construção e das plantas.

Esses apartamentos estão distribuídos em seis pavimentos-tipo, com dois apar-



Legenda: setor comercial, setor institucional, núcleo de circulação residencial e rua interna.



Legenda: setor íntimo, setor de serviço, setor social e núcleo de circulação

tamentos de dois quartos e três quartos, em cada pavimento, totalizando vinte e quatro unidades habitacionais. Na cobertura, encontra-se o salão de festas com cozinha e banheiros, além do reservatório de água, casa de máquinas e um terraço, que permite a integração com todo o entorno do edifício. Uma única circulação horizontal, central, permite o acesso aos quatro apartamentos e a interligação dos pavimentos é feita através de uma escada e dois elevadores (Figura 3).

Figura 2 - Planta baixa pavimento térreo – Edifício 28 de agosto. Fonte: Lucas (2016). Edição: autora.

Figura 3 - planta baixa pavimento tipo – Edifício 28 de Agosto. Fonte: Lucas (2016). Edição: autora.

A organização em planta do pavimento tipo é realizada por meio de dois eixos de simetria, um longitudinal e outro transversal ao volume do bloco de apartamentos. Estes eixos, por sua vez, materializam-se nos espaços de circulação: o corredor de distribuição de apartamentos marca o eixo longitudinal, enquanto os elevadores e a escada, demarcam o eixo transversal.

A estrutura em concreto armado é constituída por um sistema de pilares, vigas e laje, e possui uma modulação, no entanto, não é rígida. Esta modulação adapta-se às demandas funcionais, de dimensionamentos e distribuição dos espaços, além do deslocamento em função da volumetria do edifício.

Figura 4 - Edifício 28 de Agosto.
Fonte: acervo da autora.
Foto: Gabrielle Ribeiro Costa (2017).



A volumetria do edifício segue a típica organização clássica – também adotada em muitas edificações modernas – dividida em base, corpo e coroamento. O volume composto pelos pavimentos-tipo (corpo), destaca-se na forma do edifício, por sua altura e configuração em ‘lâmina curva’ que se dá, em parte, em resposta às características do próprio terreno. Esse volume é rebatido no pavimento térreo, pelo volume trapezoidal que ocupa todo o lote (base) e abriga a área institucional e comercial do edifício. O coroamento é marcado pelo volume da caixa d’água e da casa de máquinas. Os pilares reforçam a verticalidade da fachada que se contrapõe às janelas, em fitas horizontais, que por sua vez acentuam a horizontalidade da volumetria (Figura 4).

Logo, o Edifício 28 de Agosto retrata, de certa forma, os edifícios de construídos na década em 1950 em todo o país pelo IAPB. No cenário local, ele foi um dos primeiros edifícios habitacionais verticalizados na cidade, simbolizando assim, a modernidade e o início do processo de sua verticalização.

Edifício Dom Abel

Também em uma localização privilegiada, o Edifício Dom Abel situa-se na Rua 19 no Setor Central, próximo à Praça Cívica (centro cívico da cidade) e à Catedral Metropolitana. Ele foi construído no final da década de 1960 pela Incorporadora Irmãos Valle Ltda. O terreno possui 1.098 metros quadrados e está situado no meio da quadra (Figura 5).

A região onde se assenta o edifício possui uma verticalização mais acentuada, entretanto, ainda é notável um número significativo de residências térreas. Por outro lado, o uso da região onde se encontra é bastante diversificado. Nas avenidas 10, Paranaíba e nas proximidades da Praça Cívica predomina o uso comercial; na maioria das quadras há predominância de uso residencial. O comparecimento de edifícios institucionais enriquece a região e proporciona aos moradores, maior integração com a cidade e com o entorno.

O Edifício Dom Abel é composto por duas torres em “H” que formam um bloco de volumetria única, com duas lâminas paralelas separadas por um amplo vazio e interligadas por volumes que abrigam a circulação vertical que leva

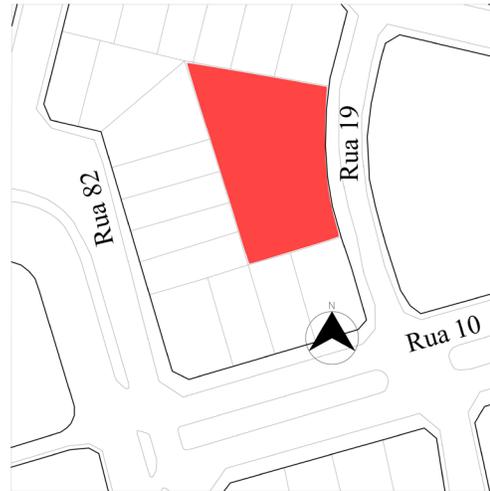
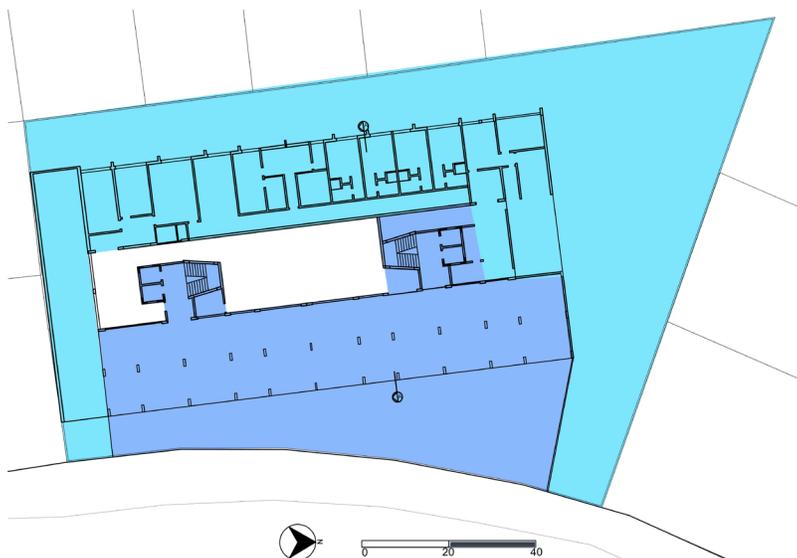


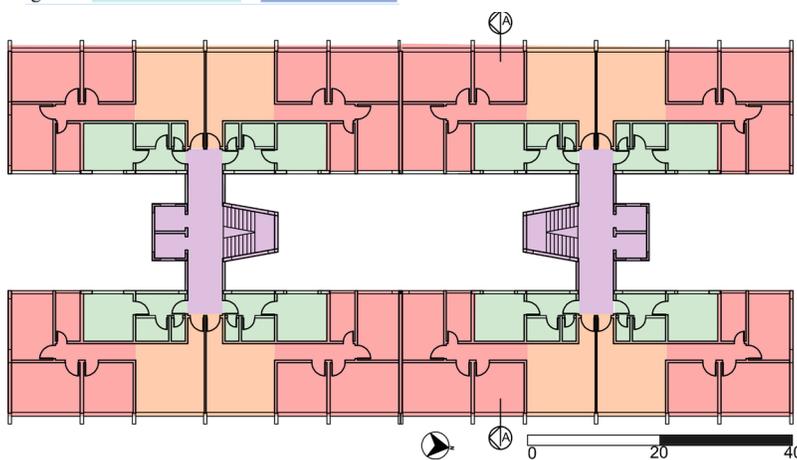
Figura 5 - Planta de situação do Edifício Dom Abel.
Fonte: SEPLAM.
Edição: autora.

aos apartamentos. Funcionalmente, essas torres constituem blocos independentes com quatro apartamentos por andar cada.

O pavimento térreo é composto por três grandes faixas longitudinais de organização espacial, de usos e caráter distintos. A primeira, residencial e de uso comum, integra os pilotis que ocupa apenas a parte frontal do edifício. A presença dos pilotis proporciona a integração do edifício com o espaço público (passeio público). A segunda, de uso comum e mais interna, possui um grande vazio e os espaços de acesso vertical aos apartamentos. Toda essa área residencial e de uso comum é ampliada através do recuo frontal, composto por áreas verdes. Seu acesso é feito através desse espaço amplo e acolhedor (Figura 6).



Legenda: setor institucional e setor residencial



Legenda: setor íntimo, setor de serviço, setor social e núcleo de circulação.

Figura 6 - Planta Baixa Pavimento Térreo - Edifício Dom Abel.
Fonte: desenho e edição autora.

Figura 7 - Planta Baixa pavimento tipo - Edifício Dom Abel.
Fonte: desenho e edição autora.

Além da área residencial de uso comum, o pavimento térreo abriga uma área destinada ao uso institucional, localizada aos fundos (terceira faixa de organização espacial). Essa área tem acesso independente nas laterais do edifício e agrega-se ao primeiro pavimento. Esse setor é composto por salas que, desde a construção do edifício, pertencem a Comissão Pastoral da Terra.

Com apenas uma tipologia de apartamento, o pavimento tipo é formado por quatro alas, interligadas (A, B, C e D), que possuem dois apartamentos com plantas rebatidas. Os dois blocos de circulações (verticais e horizontais) são compartilhadas com quatro apartamentos, ou seja, dois do bloco A e B, e dois do bloco C e D. Dessa maneira, o edifício é formado pelo térreo, segundo pavimento comercial e treze pavimentos-tipo, além da cobertura que abriga o salão de festas integrado ao terraço, casa de máquinas e reservatório de água, totalizando dezesseis pavimentos.

Os apartamentos, com três quartos, possuem oitenta e oito metros quadrados e apresentam no programa de necessidades uma despensa e um banheiro para empregados; além dos quartos, banheiro que atende as áreas sociais e íntimas, sala de estar, cozinha e lavanderia. Com ambientes de áreas reduzidas, o apartamento apresenta bastante racionalização na concepção das plantas. As duas torres (AB e CD) estão ligadas através das circulações e as torres são divididas apenas por uma junta de dilatação, formando grandes pavimentos com oito apartamentos totalizando 112 unidades habitacionais (Figura 7).

A ventilação cruzada e iluminação natural percorrem o edifício através das grandes aberturas presentes na fachada frontal e posterior que abrigam dois quartos e sala de estar. Os blocos A e C recebem insolação no período matutino e os blocos B e D recebem insolação no período vespertino. O recuo entre os blocos permite que as fachadas internas aos mesmos recebam insolação e iluminação natural, referentes às áreas molhadas e um quarto.

O banheiro de empregada e despensa não possuem janelas, sendo assim, são ambientes com baixa iluminação. Os demais ambientes possuem uma boa iluminação e ventilação natural. Portanto, pode-se dizer que não houve uma preocupação dos projetistas em relação a insolação e ventilação para a implantação do edifício.

A volumetria do edifício destaca-se no entorno devido a sua grandiosidade em relação as demais edificações. Através do agrupamento de duas torres ele tornou-se mais expressivo, não sendo possível identificar exteriormente a divisão entre os mesmos. A horizontalidade da fachada é marcada pelas aberturas, que se contrapõem a verticalidade acentuada pelos pilares. (Figura 8).



Figura 8 - Edifício Dom Abel.
Foto: arquivo da autora. Foto: autora.

Logo, o edifício Dom Abel representa, de certa forma, os edifícios de habitação coletiva produzidos na cidade de Goiânia na década de 1960 pela iniciativa privada, que produziu unidades habitacionais visando muito mais a quantidade do que qualidade dos apartamentos e o conjunto do edifício.

Considerações finais

Os edifícios 28 de Agosto e Dom Abel trazem um período de quase 10 anos de distância entre suas construções, que por sua vez, encerram distintas escalas de intervenção no contexto da cidade. O Edifício Dom Abel possui maior monumentalização na volumetria em com-

paração com a escala do tecido urbano, contendo o quádruplo da quantidade de apartamentos do Edifício 28 de Agosto, em consequência da quantidade de pavimentos e a presença de duas torres.

Implantados em tipos diferentes de terreno, esquina de quadra e meio de quadra respectivamente, eles apresentam volumetrias diferenciadas em consequência da disposição dos apartamentos, do tipo e forma do terreno e das dimensões espaciais. No que diz respeito às dimensões, comprimento e largura das lâminas de apartamentos os edifícios são semelhantes. Ambos os edifícios possuem estruturas modulares (cada um com suas particularidades) que conseqüentemente determinam as esquadrias, onde as mesmas, estão presentes em todo o vão dos ambientes que são delimitados pela estrutura do edifício.

Por outro lado, os apartamentos estudados buscam um novo modo de viver coletivamente, caracterizados a partir da economia espacial dos apartamentos e de materiais, da industrialização da construção. Por outro lado, buscam a integração com o entorno e com as áreas verdes e principalmente, priorizam a vida em comunidade. Ideais que contém

em si, uma forte carga de ambigüidade, e infortúnios, quando se transformam em realidade.

Essa relação está presente nos dois estudos de caso, ambos situados em áreas centrais e com forte conexão com o entorno. Essa relação é possível não somente a partir da proposta de espacialidade dos ambientes dos apartamentos, que através das grandes aberturas permitem a interação dos moradores com o entorno; mas talvez e principalmente, por meio da implantação dos edifícios na qual utiliza-se de elementos no pavimento térreo, tais como o pilotis (Edifício Dom Abel) e a galeria multiuso (Edifício 28 de Agosto), que favorecem a vivência dos moradores com a cidade, a partir da integração do edifício com o espaço público.

Portanto, além das questões urbanas, os edifícios analisados apresentam certas semelhanças, na disposição dos ambientes, espacialidade, elementos de fachada, e programa de necessidades, além de características pertencentes ao período em que foram construídos, como a ausência de garagens. Por outro lado, cada um possui suas particularidades, como a volumetria, disposição do térreo e acabamentos.

Referências

- ANDRÉS, Luiz Phelipe (Coord.). BONDUKI, Nabil; KOURY, Ana Paula. *Os pioneiros da habitação social. Cem anos de política pública no Brasil*. Edição Sesc SP, São Paulo, Fundação Editora Unesp, 2014.
- BRUNA, Paulo Júlio Valentino. *Os primeiros modernos: habitação social no Brasil 1930-1950*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2015.
- FROTA, José Artur D.; CAIXETA, Eline Maria M. P. *Cine -Teatro Goiânia: estratégias para uma possível requalificação do lugar*. Anais do III Seminário Projetar - O Moderno já Passado e o Passado no Moderno, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.
- FROTA, José Artur D.; CAIXETA, Eline Maria M. P. *Um Urbanismo Pendular. Goiânia: entre a monumentalidade do urbanismo acadêmico francês e a escala doméstica da tradição da Cidade Jardim*. Anais do XII do Seminário de História da Cidade e do Urbanismo - A circulação de ideias na construção da cidade: uma via de mão dupla, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.
- JORGE, Liziane de Oliveira. *Estratégias de flexibilidade na arquitetura residencial multifamiliar*. Tese (Doutorado em arquitetura e urbanismo) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, 2012.
- LUCAS, Edinardo Rodrigues. *Cidades na Cidade: Habitação Social e produção do espaço Urbano em Goiânia*. Dissertação (Mestrado em arquitetura e urbanismo) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Artes Visuais- (FAV), Goiânia, 2016.
- MANSO, Celina Fernandes Almeida. *Goiânia: uma concepção urbana, moderna e contemporânea – um certo olhar*. Goiânia, Bandeirante, 2001.
- MARICATO, Ermínia. *As ideias fora do lugar fora das ideias*. In.: ARANTES, Otília. *A cidade do pensamento único*. Editora Vozes, São Paulo, Rio de Janeiro, 2000.
- MELLO, Márcia Metran de. “A modernidade e o esqueleto de ema”. In.: CAIXETA, Eline Maria M. P.; ROMEIRO, Bráulio. *Interlocuções na arquitetura moderna no Brasil: o caso de Goiânia e outras modernidades*. Goiânia, Editora UFG, 2015.
- _____. *Moderno e modernismo: a arquitetura dos dois primeiros fluxos desenvolvimentistas de Goiânia*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil 1900-1990*. 3º Ed. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- _____. “Arquitetos peregrinos, nômades e migrantes”. In.: WISSENBACH, Vicente (ed.) *Arquitetura no Brasil: anos 1980*. São Paulo: Revista Projeto, 1988.
- TRAMONTANO, Marcelo. *Habitações, metrópoles e modos de vida*. 3o. Prêmio Jovens Arquitetos, categoria «Ensaio Crítico». São Paulo: Instituto dos Arquitetos do Brasil / Museu da Casa Brasileira, 1997. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/site/livraria/livraria.html>. Acessado em: 22/ 11/ 2016.
- VAZ, Maria Diva A. Coelho. *A transformação do centro de Goiânia: renovação ou reestruturação?* Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2002.
- WARHAVCHIK, Gregori. *Acerca da arquitetura moderna*. 1925. In.: Xavier, Alberto (org.) *Depoimento de uma geração – arquitetura moderna brasileira*. Cosac & Naif, São Paulo, 2003.

Agradecimentos

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG) pelo auxílio e fomento à pesquisa.